

CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DO TRABALHO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI (RJ)

Karen de Rezende Schildt Corrêa
Universidade Federal do Rio de Janeiro
karenschildt20@gmail.com

Jussara Marques de Macedo
Universidade Federal do Rio de Janeiro
jussara0712@gmail.com

Introdução

O resumo é parte de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no Grupo de Pesquisa Sobre Trabalho e Políticas Educacionais (GTPE). Objetiva-se analisar as novas morfologias de precarização do trabalho docente na Rede Municipal de Educação Básica em São João de Meriti, no Rio de Janeiro. As questões relativas à precarização do trabalho docente no Brasil não são inéditas no campo pesquisa. No entanto, no contexto do neoliberalismo na educação brasileira, percebe-se um conjunto de mudanças objetivando a conformação do sistema educacional para a recomposição do capital (Macedo, 2017). As influências dos organismos internacionais, a emergência do pensamento privatista e a contrarreforma educacional a partir da Lei nº 9.394/1996, contribuíram para a intensificação do trabalho docente, para atender às demandas laborais pautadas na produtividade e na eficiência.

A análise realizada no município de São João de Meriti, investiga os elementos que evidenciam e aprofundam a condição de desestruturação do trabalho docente nos espaços mais afastados dos centros urbanos. Por se tratar de um município periférico localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, notam-se questões que acentuam a precarização do trabalho. O tecido social e político desse território reflete como a diligência do neoliberalismo não apenas mantém, mas também, aperfeiçoa suas estruturas de controle e exploração em regiões mais empobrecidas (Alves, 2019).

Metodologia

A metodologia pauta-se na abordagem do Materialismo Histórico Dialético (Kosik, 2010), que ressalta a relação do fenômeno e da essência para além da

compreensão da realidade imediata. A fragmentação do conhecimento baseada na divisão de classes pressupõe que as condições do mundo são naturais, refletindo em um saber superficial. Nesse sentido, faz-se necessário adotar a perspectiva do pensamento dialético, onde a investigação da materialidade seja mediada pelo intelecto do conhecimento científico.

Com base em Ciavatta (2001), o caráter mediador dessa pesquisa parte da compreensão da relação entre trabalho docente e o processo de precarização da educação. Assim, os conceitos não devem ser tratados isoladamente ou genericamente, uma vez que são processos sociais complexos, atravessados por determinado tempo e espaço e, permeados por particularidades históricas. Nesse sentido, abarcará uma visão ontológica para alcançar a totalidade das partes e a sua articulação com o mundo.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de uma análise documental (Severino, 2007) que toma como referência empírica o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do estado do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), de modo a compreender o processo histórico de reivindicações e avanços da luta da classe trabalhadora docente.

Resultados e discussões

No contexto brasileiro, a partir da década de 1930, foram introduzidos os primeiros ensaios dos movimentos tayloristas e fordistas que deram origem ao ciclo de industrialização tardia no país. O crescimento do trabalho operário laboral representou uma mudança paradigmática, uma vez que também deslanchou a proletarização e massificação dos trabalhadores (Antunes; Ridenti, 2017). Na educação, alguns pesquisadores como Cunha (1992) e Paro (2022), advertem quanto à comparação entre o trabalho docente e o ofício do operário fabril, visto que a concepção educativa não deve ser apropriada à lógica de produção industrial.

A partir dos anos de 1990 a contrarreforma educacional é implementada no país seguindo as orientações dos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) via a *Declaração Mundial de Educação para Todos* (1990). Tais orientações fizeram parte da “Nova de Gestão Pública” (NGP), que passou a valorizar, excessivamente, a qualificação e a eficiência do sistema educacional (Macedo; Melo, 2017).

A NGP promoveu a política de responsabilização que se pautou na busca por resultados e no controle do trabalho docente. O novo ideário é impulsionado pelos ritmos

acelerados e pelas constantes cobranças por produtividade. Esses aspectos, de viés político-ideológico, atuam na constituição de novas características individuais para garantir os pressupostos desse modelo de gestão para o mercado.

Os docentes que atuam na Rede Municipal de Educação Básica em São João de Meriti, distante dos grandes centros urbanos, enfrentam processos ainda mais intensos de precarização. A análise da realidade aponta uma discrepância no que se refere, também, ao território, uma vez que nas periferias, como na Baixada Fluminense, o trabalho docente se torna cada vez mais precarizado, demonstrando que a desigualdade e o enfraquecimento das políticas públicas revelam profundos resquícios do processo histórico de marginalização.

Conclusão Preliminar

Conclui-se, com base na literatura estudada, que a contrarreforma do Estado brasileiro a partir dos anos de 1990, imprimiu um tipo de precarização dos processos educacionais e, conseqüentemente, do trabalho docente, por meio do discurso da qualidade e da eficiência, aos moldes da NGP.

Assim, os trabalhadores docentes estão sujeitos a reprodução de um papel meramente produtivista, remanescente das dinâmicas industriais, em que os imperativos econômicos prevalecem sobre a essência de uma educação revolucionária, conforme defendido por Gramsci (1979), afastando-se da ideia de emancipação humana.

No atual patamar de desenvolvimento do capitalismo, observa-se que o Município de São João de Meriti, tem sido considerado um trágico exemplo das fissuras sociais decorrentes de disputas políticas e territoriais que têm impactado diretamente a vida dos cidadãos e, também, do trabalhador docente. Ao investigar a condição do trabalhador docente que atua nesse território, observa-se o crescimento da precarização que vem se dando por meio da NGP. Entretanto, de forma contraditória, é perceptível a contínua luta docente em prol da democratização da educação e da garantia dos direitos políticos e sociais.

Referências

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. A educação na sociologia: um objeto rejeitado. **Cadernos Cedex**, v. 27, p. 9-22, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MACEDO, Jussara Marques de. **Formação para o trabalho docente**. Curitiba: Appris, 2017.

MACEDO, Jussara Marques de; MELLO, Miriam. Apresentação do dossiê "precarização do trabalho docente", **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. p. 213-218, 29 dez. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

PARO, Vitor Henrique. **Professor: artesão ou operário?** São Paulo: Cortez, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, José dos Santos. Formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, p. 50-66, julho/dezembro, 2015.

SOUZA, José dos Santos. O sindicalismo brasileiro frente às mudanças no trabalho, na produção e na qualificação do trabalhador. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. p. 181–201, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/3522/2799>. Acesso em: 14 ago. 2024.